

# SYSBRASIL

À

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E  
DO PARNAÍBA – CODEVASF - 3º SUPERINTENDENCIA REGIONAL  
Rua Presidente Dutra, 160 – Centro - PETROLINA-PE.

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ref.: CONCORRENCIA NACIONAL Nº. 007/2012

CODEVASF-PROTOCOLO-3ª ISR	
DOC. Nº	388112
Recebido em	27/08/12
Às	14:35 Hs
Rúbrica:	

OBJETO: Realização de obras e serviços necessários a recuperação, requalificação, desassoreamento e limpeza de aguadas em localidades dispersas da zona rural dos Municípios de Afrânio, Dormentes e Petrolina no Estado de Pernambuco, inseridos na Área de Atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

**SYSBRASIL LTDA EPP**, sociedade por cotas de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº. 69.953.883/0001-50, com sede na av. Prof. Moraes Rego, 220 – Iputinga – Recife – PE – CEP 50.670-420 - fone/fax: (81) 3212.0356, legítima participante do Certame Licitatório acima referenciado, por seu representante legal / procurador, vem, tempestivamente, à presença de V. Sa., a vista do decisório que a declarou desclassificada, interpor o presente

## RECURSO ADMINISTRATIVO,

conforme lhe faculta o Artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, requerendo, desde já, caso não reconsiderada a decisão por V. Sa., que as presentes razões sejam enviadas à análise da Autoridade Hierarquicamente Superior, face aos motivos que adiante passa a expor e ao final requerer:

### I – DOS FATOS

A RECORRENTE apresentou seus documentos de Habilitação e sua Proposta Financeira na forma da lei e dentro das regras editalícias, do Edital da CONCORRENCIA NACIONAL Nº. 007/2012, cujo **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**, de acordo com o que preceitua o subitem 2 do Instrumento Convocatório, é o de **MENOR PREÇO**, sob o regime de empreitada por preço unitário. Acontece que, em 23/08/2012, em publicação, a mui digna Comissão de Licitação considerou a Recorrente Inabilitada, mesmo tendo esta apresentado o **MENOR PREÇO** para o certame, correspondendo ao valor de **R\$ 1.391.319,08** (Um milhão trezentos e noventa e um mil trezentos e dezenove Reais e oito centavos), conforme consta na sua ata de julgamento, onde resta consignada decisão no sentido de:

Av. Prof. Moraes Rego, 220 – CDU – Recife – PE – CEP 50.670-420 – Tel. (81) 3212.0356  
CNPJ 69.953.883/0001-50 Inscrição Estadual 0211410-02 Inscrição Municipal 232.562-4  
CREA PE014012 – Email: [sysbrasil@sysbrasil.com](mailto:sysbrasil@sysbrasil.com)

RECIBO PELA 3ªSL  
EM 27/08/12 Às 15:02 Hs.  
RUBRICA



# SYSBRASIL

*"A empresa SYSBRASIL Ltda foi inabilitada por se utilizar de percentuais dos encargos sociais da mão de obra incompatíveis em relação ao mercado e a legislação, conforme subitem 8.6.5 aliena b) do edital."*

Primeiramente, é muito importante ressaltar, que a empresa SYSBRASIL LTDA EPP, é uma empresa de pequeno porte e **Optante pelo Simples Nacional, e usufrui os benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006** e apresentou em sua proposta financeira claramente a relação de encargos sociais que a legislação impõe sobre a natureza dos serviços, no Quadro PO-XIV: Detalhamento dos Encargos Sociais, e que todos os seus funcionários são contratados por regime de salário mensal.

A Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, art. 1º, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;


II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Segundo a Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, **Art. 13º**: O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação (DAS), dos seguintes impostos e contribuições: IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, ICMS, ISS, Contribuição para o PIS/PASEP, Contribuição Patronal Previdenciária para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica.

Segundo a Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, **Art. 18**. O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte comercial, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação da tabela do Anexo I desta Lei Complementar. O § 5º-C. reza: Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, ... O inciso I reza: construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;

Av. Prof. Moraes Rego, 220 - CDU - Recife - PE - CEP 50.670-420 - Tel. (81) 3212.0356  
CNPJ 69.953.883/0001-50 Inscrição Estadual 0211410-02 Inscrição Municipal 232.562-4  
CREA PE014012 - Email: [sysbrasil@sysbrasil.com](mailto:sysbrasil@sysbrasil.com)



# SYSBRASIL

Ainda segundo a Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, **Art. 47.** Nas contratações públicas da União, dos Estados e dos Municípios, poderá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.

Tal item não mostra relevância para desclassificar uma proposta firme e vencedora como foi a da Recorrente, pois quaisquer que fossem os encargos sociais e trabalhistas apresentados, nada mudaria a proposta da Recorrente, visto que esses encargos já estão inclusos em cada um de seus preços unitários.

Ademais, vale salientar que o Edital em seu

item 6.7.1 aliena e5) exigiu, e a licitante considerou, nos serviços propostos, todas as despesas, tais como:

*"todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local da obra, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado;"*

Item 6.7.6 exigiu, e a licitante considerou, nos serviços propostos, todas as despesas, tais como:

*"Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, leis sociais, seguros, mão-de-obra e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente na execução dos serviços. No caso de omissão considerar-se-ão como inclusas nos preços"*

Sendo assim, não assenta qualquer dúvida de que a proposta de preços apresentada inclui todos os encargos necessários à execução dos serviços licitados, não havendo como prestigiar a decisão que desclassifica proposta flagrantemente mais vantajosa para o interesse público.

Realce que a principal finalidade dessa exigência é adequar o preço à previsão orçamentária da contratante, bem como, de evitar superfaturamentos. Todavia, nenhum desses fins restou frustrado, e o objetivo principal do Certame, que é o **MENOR PREÇO**, foi devidamente observado. Também não podemos esquecer que a licitante vencedora deverá obrigatoriamente prestar garantia de 10% (dez por cento) do valor global do Contrato para assinatura do contrato, o que protege ainda mais a Administração.



# SYSBRASIL

Conforme ata da Comissão de Licitação, a Recorrente apresentou o MENOR PREÇO GLOBAL, qual seja **R\$ 1.391.319,08** (Um milhão trezentos e noventa e um mil trezentos e dezenove Reais e oito centavos), enquanto a empresa declarada classificada ofertou **R\$ 1.498.873,66** (Um milhão quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e setenta e três Reais e sessenta e seis centavos), apresentando uma diferença à maior para a Administração Pública de R\$ 107.554,58 (Cento e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro Reais e cinquenta e oito centavos).

Conclui-se, portanto, que a inexistente qualquer prejuízo para a Administração Pública, haja vista que, de acordo com os preços ofertados, a Recorrente ofereceu, de fato o menor preço para a execução dos serviços. Ao entender de forma diversa, aí sim, estaria sim a Comissão Licitante causando prejuízos à Administração, estando estes sobejamente demonstrados nas razões que instruem o presente recurso.

## II – DO DIREITO

Consoante alhures afirmado, a Comissão Permanente de Licitação, equivocadamente, declara a Recorrente Inabilitada, alijando do Certame Licitatório a proposta mais vantajosa, não se amparando na legislação e jurisprudência pertinentes.

Com esta decisão, a Comissão, além de causar prejuízo irreparável à Recorrente, também traz prejuízo para a “ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, face estar na iminência de aplicar o disposto no ART. 3º. Da Lei 8.666/93, que diz:

“Art. 3º. – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes correlatos”.

A decisão tomada pela Comissão não ampara ainda os Princípios da **ECONOMICIDADE** e o da **RAZOABILIDADE** contida na nossa Constituição Federal.

O Prof. Jesse Torres Pereira Junior, no seu livro “Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública”. diz:

“Selecionar a proposta mais vantajosa é, a um só tempo, o fim do interesse público que se quer alcançar em toda licitação (sentido amplo) e o resultado que se busca em cada licitação (sentido restrito). Licitação que não instigue a competição, para dela surtir a proposta mais vantajosa, descumpra sua finalidade legal e institucional”.

# SYSBRASIL

Ora, a licitação do tipo **MENOR PREÇO** tem por escopo selecionar a proposta que se apresente financeiramente mais vantajosa para o interesse público, sem considerar como critério de seleção quaisquer outros requisitos que não o preço, eis que os critérios de julgamento eleitos na licitação as tornam irrelevantes.

É nesta mesma esteira de idéias, certo é que **“Não se admite a contratação de proposta que não seja a mais vantajosa, ainda quando a situação for produzida por redação imprecisa do ato convocatório.”** (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª. ed. Pág. 429)

É que, o **art. 48, inciso II, da Lei nº. 8.666/93**, ao definir critérios de desclassificação das propostas, referiu-se expressamente às “Propostas com valor global superior ao limite estabelecido...” e este não é o que ocorre, pois o preço global ofertado é inferior ao preço orçado pela **CODEVASF**.

Portanto, é de notar-se que, a proposta de preços apresentada pela Recorrente, em razão do preço ofertado, é a mais vantajosa para o interesse público, cuja irregularidade apontada pela Comissão de Licitação é totalmente impertinente e irrelevante para o específico objeto do contrato.

O **art. 3º., § 1º., da Lei nº. 8.666/93** dispõe expressamente que:

§ 1º. – é vedado aos agentes públicos: I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

O Ilustre Administrativista Marçal Justen Filho, leciona com bastante propriedade que

**“(...) é imperioso avaliar a relevância do conteúdo da exigência.** Não é incomum constar no edital que o descumprimento de qualquer exigência formal acarretará a nulidade da proposta. A aplicação dessa regra tem de ser temperada pelo princípio da razoabilidade. **É necessário ponderar os interesses existentes e evitar resultados que, a pretexto de tutelar o interesse público de cumprir o edital, produzam a eliminação de propostas vantajosas para os cofres públicos.** Certamente, não haveria conflito se o ato convocatório reservasse a sanção de nulidade apenas para as desconformidades efetivamente relevantes. Mas nem sempre é assim. Quanto o defeito é irrelevante, tem de interpretar-se a regra do edital com atenuação.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª. ed. Pág. 442/443)

O próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ, já se manifestou no sentido de que

“O princípio da vinculação ao edital não é “absoluto”, (...) buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que

**Av. Prof. Moraes Rego, 220 – CDU – Recife – PE – CEP 50.670-420 – Tel. (81) 3212.0356  
CNPJ 69.953.883/0001-50 Inscrição Estadual 0211410-02 Inscrição Municipal 232.562-4  
CREA PE014012 – Email: [sysbrasil@sysbrasil.com](mailto:sysbrasil@sysbrasil.com)**



# SYSBRASIL

extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em um conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a administração" (STJ, MS 5418/DF, Rel.Min. Demócrito Reinaldo. DJ 01/06/98)

Urge salientar, que o vício alegado não pode contaminar proposta mais vantajosa. Não se trata de mero subjetivismo, mas de uma ponderação que deve ser feita sob o prisma da razoabilidade, uma vez que a pretensão da Recorrente afigura-se nitidamente atentatória ao interesse público.

Não há também como se cogitar qualquer violação ao princípio da igualdade entre os licitantes, haja vista que o vício invocado em nada alteraria a situação dos participantes do procedimento licitatório, razão pela qual a pretensão da recorrente não se coaduna com o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade que devem nortear as decisões administrativas.

É evidente que a discrepância apontada não pode ter preponderância sobre a proposta global, quando esta está abaixo do preço máximo estabelecido pela Administração e **ainda mais quando esse preço é MENOR do que os dos demais licitantes concorrentes.**

Insta ainda que o princípio do formalismo, consagrado na Lei nº. 8.666/93, visa a proteger o particular de determinadas arbitrariedades da Administração Pública e a evitar condutas ilegais por parte do ente licitante, tais como protecionismo indevido e desvios éticos. Dito princípio, contudo, não pode ser interpretado de modo tão rigoroso a acarretar prejuízo ao interesse público. O formalismo excessivo vem sendo rechaçado não só pela doutrina, como também pelo Poder Judiciário.

**A desclassificação da proposta vencedora, no caso, representa excessivo apego ao formalismo, em detrimento do interesse maior da Administração e dos princípios que regem o procedimento licitatório, entre os quais sobressai o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.**

Sentença reformada. Apelação e remessa oficial, esta tida por interposta, providas." (TRF, PRIMEIRA REGIÃO, MAS - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - 20003400022322/DF, órgão Julgador: SEXTA TURMA, Data da decisão: 30/04/2004, Fonte: DJ DATA: 31/05/2004 PÁGIA: 120; Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO, unânime. (Grifos nossos) "DIREITO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO.

SEGURANÇA CONCEDIDA. Voto vencido. (ms 5418/df, rel. ministro Demócrito Reinaldo, primeira seção, julgado em 25.03.1998, dj 01.06.1998 p. 24) segurança concedida. Voto vencido." (Grifos nossos).

Av. Prof. Moraes Rego, 220 - CDU - Recife - PE - CEP 50.670-420 - Tel. (81) 3212.0356  
CNPJ 69.953.883/0001-50 Inscrição Estadual 0211410-02 Inscrição Municipal 232.562-4  
CREA PE014012 - Email: [sysbrasil@sysbrasil.com](mailto:sysbrasil@sysbrasil.com)

# SYSBRASIL

Assim, carece de Sustentação Jurídica a tese levantada pela Comissão Técnica, de que a proposta de preços apresentada pela Recorrente está em desconformidade com as normas de regência já que, repita-se, o critério para efeitos de classificação é o de menor preço, estando perfeitamente atendido o interesse público.

É patente, pois, que a desclassificação desta RECORRENTE, pelo motivo que até então se trata, é eivada de ilegalidade, e com a "PERMISSA VÊNIA", parece não ter agido a COMISSÃO DE LICITAÇÃO com a maestria que lhe é de costume. O referido equívoco não pode prosperar, sob pena de eivar de vício irrecuperável todo o processo licitatório. Deste modo e avistados argumentos narrados supra, espera-se que a MUI DIGNA COMISSÃO possa reconhecer o engano em seu julgamento.

### III – DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer a RECORRENTE a essa COMISSÃO DE LICITAÇÃO, que reconsidere sua Decisão anterior, deliberando pela **CLASSIFICAÇÃO** em 1º. Lugar e consequentemente **VENCEDORA** do Certame Licitatório a RECORRENTE – **SYSBRASIL LTDA EPP**. Requer ainda que, caso não seja reconsiderada a decisão ora guerreada, sejam enviadas as presentes razões, à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os fins de direito, conforme prevê o parágrafo 4º. do ART. 109 da Lei Federal 8.666/93, como também poderemos fazer uso da prerrogativa constante no parágrafo 1º. do ART. 113 da supracitada Lei.

Termos em que,

Pede Deferimento

Petrolina/PE, 24 de agosto de 2012.

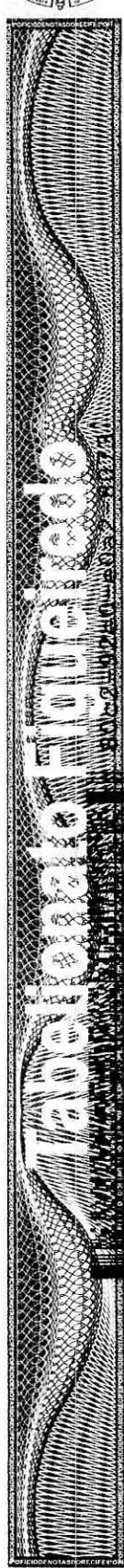
  
ANDRE VASCONCELOS VELLOSO  
Procurador

Casado, Economista, CPF n.º 934.760.194-20, Identidade n.º 4758216 SDS PE  
Rua Cel. Anizio Rodrigues Coelho, 447, Recife, Pernambuco, CEP 51.021-130

\* Procuração Pública, registrada no 8º Ofício de notas do Recife, Livro n.1113-P, Folha n.190, com cópia em anexo.

**Av. Prof. Moraes Rego, 220 – CDU – Recife – PE – CEP 50.670-420 – Tel. (81) 3212.0356**  
**CNPJ 69.953.883/0001-50 Inscrição Estadual 0211410-02 Inscrição Municipal 232.562-4**  
**CREA PE014012 – Email: [sysbrasil@sysbrasil.com](mailto:sysbrasil@sysbrasil.com)**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE PERNAMBUCO

8º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE

Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho  
Tabelião Público



Livro nº 1113-P

Folha nº 190

1º Traslado

Protocolo nº 094015

PROCURAÇÃO PÚBLICA QUE FAZ  
SYSBRASIL LTDA, NA FORMA ABAIXO.

Por este instrumento de **Procuração Pública**, aos 23 (vinte e três) dias do mês de março do ano de 2012 (dois mil e doze), nesta Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, neste 8º Tabelionato de Notas do Recife, com sede na Avenida Herculano Bandeira, nº 563, no bairro do Pina, perante mim, *Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho*, Tabelião Público, compareceu como **Outorgante, SYSBRASIL LTDA**, empresa com sede nesta cidade do Recife, com endereço à Avenida Professor Moraes Rego, nº 220 - Galpão Terreo, no bairro cidade universitária, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.953.883/0001-50, neste ato representada por sócia administradora **EDITE SUSANA CRUZ BARBOSA VELLOSO**, portuguesa, casada, empresária, portadora da cédula de identidade nº W024176-8, inscrita no CPF/MF sob o nº 799.607.154-34, residente e domiciliada nesta cidade do Recife, com endereço à Rua Coronel Anízio Rodrigues Coelho, nº 447, Apartamento 301, no bairro de Boa Viagem, Cep: 51021-130; a presente reconhecida como a própria pelo Tabelião ou seu preposto, conforme os documentos apresentados, pessoa maior e juridicamente capaz, do que dou fé; E, neste Tabelionato, pela **Outorgante** foi declarado que, para os efeitos do disposto no art. 653 do Código Civil de 2002, nomeia e constitui como bastante procurador **ANDRÉ VASCONCELOS VELLOSO**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 4.758.216-SDS/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 934.760.194-20, residente e domiciliado nesta cidade do Recife, com endereço à Rua Coronel Anízio Rodrigues Coelho, nº 447, Apartamento 301, no bairro de Boa Viagem, Cep: 51021-130, a quem confere poderes para 1) Representar a empresa outorgante perante órgãos e repartições públicas federais, estaduais, municipais, perante o Governo do Estado de Pernambuco, Prefeituras Municipais, em especial a Prefeitura de Recife, e autarquias em geral, perante a Delegacia e Secretarias da Receita Federal, Secretaria da Fazenda do Estado e do Município, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Junta Comercial do Estado de Pernambuco e de outros Estados; Delegacia Regional do Trabalho, empresas concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas e privadas, empresas comerciais, industriais e de serviços em geral, em todo o Território Nacional, e onde mais se fizer necessário; 2) Representar a empresa outorgante em todos os seus atos e negócios privados, podendo comprar e vender mercadorias; endossar conhecimentos de transportes, pagar e receber todas e quaisquer importâncias a que tenha direito, vencidas e/ou vincendas, receber, responder e assinar toda a correspondência endereçada à empresa outorgada; emitir e avalizar títulos de crédito; emitir, aceitar, endossar e avalizar duplicatas, podendo realizar operações de desconto ou caução perante instituições financeiras e estabelecimentos bancários; receber importâncias e emitir recibos, autorizar débitos, com garantias de créditos reais, assinar contratos de

TABELIONATO FIGUEIREDO  
Av. Herculano Bandeira, 563 - Pina - Fone: 3040.0000  
Válido somente com o selo de autenticidade  
Certifico que esta cópia está igual ao original que me foi apresentado

Recife/PE 23 MAR. 2012

Em Teste ..... de verdadeza  
Ivanildo de Figueiredo A. de O. Filho - Tabelião Público PE  
Escrevente Autorizado - Eric B. ...







Colégio  
Notarial  
do Brasil  
Conselho Federal

80c2-92e0-e0a2-8073  
671e-f2ab-256d-d4c8

consulte em:  
www.tabelionatofigueiredo.com.br



Livro nº 1113-P  
Folha nº 191  
1º Traslado

Protocolo nº 094015

financiamento, inclusive de vendas mercantis, assinar contratos de câmbio e bem assim de caução ou descontos de efeitos comerciais e termos de responsabilidade; 3) Abrir, movimentar e liquidar contas bancárias e cadernetas de poupança, fazendo depósitos e retiradas; requisitar, receber e usar talonários de cheques, solicitar saldos e extratos de contas, assinar guias de retirada, sacar, emitir e endossar cheques, requisitar e manejar cartão magnético, efetuar aplicações e operações do mercado, representar a empresa outorgante perante entidades bancárias e instituições financeiras, particulares ou oficiais, em especial perante o **BANCO ITAÚ S/A E CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, podendo assinar pedidos de licença de importação e exportação, certificados de cobertura cambial, requisitar e receber saldos e extratos de contas, fazer e levantar depósitos, assinar cartas de ordem de pagamento ou para abertura de crédito a favor da empresa outorgante ou de terceiros, conceder e autorizar alterações não só no valor como no vencimento de quaisquer títulos emitidos pela empresa outorgante; 4) Assinar contratos de quaisquer natureza, desde que vinculados ao objeto da empresa; negociar cláusulas, preço e condições, tudo fazer, promover, requerer e assinar; admitir e demitir empregados, fixando-lhes os salários e comissões; assinar carteiras de trabalho e previdência social e quaisquer outros documentos relacionados com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias da empresa outorgante; 5) Comprar, prometer a compra, vender, prometer em venda, permutar ou de qualquer outra forma alienar todos e quaisquer bens imóveis e móveis pertencentes ou que venha a pertencer à empresa outorgante; assinar escrituras preliminares e definitivas de compra e venda ou a que se fizer necessária; transmitir e aceitar direitos, domínio, ação e posse; responder e aceitar a evicção de direito; dar e receber imóveis em locação, assinando contratos de locações e rescisões, estipulando aluguéis, prazos e demais condições, recebendo e pagando os respectivos aluguéis; 6) Representar a empresa outorgante ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, em qualquer instância ou Tribunal, inclusive na Justiça do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia e Varas do Trabalho, podendo constituir advogados com os poderes da cláusula "Ad Judicia" para o foro em geral, para propor ações, delas desistir, acordar, concordar, discordar, transigir, afirmar, fazer e aceitar propostas e conciliação, usar de todos os meios e recursos permitidos pela Lei; 7) Representar a empresa outorgante em qualquer processo ou procedimento administrativo, inclusive em licitações públicas, para todos os efeitos e poderes exigidos pela Lei nº 8.666/93; tudo fazer, promover, requerer, assinar, pagar taxas, fazer declarações, prestar termos de compromisso e de responsabilidade, apresentar, juntar e retirar quaisquer documentos e papéis, praticando, enfim, todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer. **Esta procuração é outorgada por prazo Indeterminado;** E assim, em fé da verdade, o disse e outorgou, estando de acordo com o que foi requerido, razão pela qual foi lavrada a presente Procuração Pública, que depois de lida e considerada conforme a Outorgante assina, perante mim, Tabelião



Nº0080872



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE PERNAMBUCO

8º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE

Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho  
Tabelião Público



Livro nº 1113-P

Folha nº 192

1º Traslado

Protocolo nº 094015

Valor dos emolumentos líquidos de acordo com a tabela da Lei nº 12.978/2005: R\$ 41,53. Valor do Fundo Especial de Registro Civil: R\$ 4,62; Valor da Taxa de Serviços Notariais e Registrais - TSNR: R\$ 9,23; Valor Total: R\$ 55,38. Esta procuração somente é válida com o selo de autenticidade e fiscalização aposto abaixo e se não contiver nenhuma rasura. Eu, *Darlene Patrícia de Freitas Silva*, Escrevente Notarial, a lavrei, e eu, *Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho*, Tabelião Público titular do Cartório do 8º Ofício de Notas do Recife, subscrevo e assino. (aa) EDITE SUSANA CRUZ BARBOSA VELLOSO. Recife, 23 de março de 2012. Traslada nesta mesma data conforme o original. Dou fé.

Em testemunho da verdade

*Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho* - Tabelião Público

*Odilon Pereira da Cunha Filho* - Substituto

*Marcos Antonio e Silva Alves* - Substituto

*Lawrence Barbosa de Holanda Santos* - Substituto

*Alvaro Figueiredo Maia de Mendonça Neto* - Substituto

*Hélio Marcolino de Andrade*  
Escrevente Notarial

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DE PERNAMBUCO

Ato Notarial  
ou de Registro

ACK05503

**TABELIONATO FIGUEIREDO**  
**8º OFÍCIO DE NOTAS DO RECIFE**  
Av. Herculano Bandeira, 563 - Pina - Fone: 3073-0800  
Válido somente com o selo de autenticidade  
Certifico que esta cópia está igual ao original que me foi apresentado. Dou fé  
Emolumentos:  
Por Rec R\$ 2,38  
TOMOD R\$ 0,00  
Recife/PE 23 MAR. 2012  
Em Teste.....  
Ivanildo de Figueiredo A. de O. Filho - Tabelião Público  
Escrevente Autorizado - E. C. Barbosa de Silva





**Consulta Optantes**

---

**Identificação do Contribuinte**

CNPJ : 69.953.883/0001-50

Nome Empresarial : SYSBRASIL LTDA EPP

**Situação Atual**Situação no Simples Nacional : **Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2008**Situação no SIMEI: **NÃO optante pelo SIMEI****Períodos Anteriores**Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**Opções pelo SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem****Agendamentos (Simples Nacional)**Agendamentos no Simples Nacional: **Não Existem****Eventos Futuros (Simples Nacional)**Eventos Futuros no Simples Nacional: **Não Existem**[Clique aqui para informações sobre como optar pelo SIMEI.](#)